



## **A cilada dos projetos de parcerias estratégicas e inovação: a consolidação de emboscadas para a educação ambiental**

*The trap of strategic partnership and innovation projects: the  
consolidation of ambushes for environmental education*

*La trampa de la alianza estratégica y los proyectos de innovación:  
la consolidación de emboscadas para la educación ambiental*

ENAIDE TEREZA REMPEL <sup>a</sup>

ALOISIO RUSCHEINSKY <sup>b</sup>

### Resumo

Este artigo é resultado de pesquisa empírica com análise da relação entre projetos amparados por parcerias e práticas de educação ambiental. Ao constituir-se de um pequeno recorte de uma investigação de doutoramento, o objetivo consiste em abordar parcerias estratégicas e a formatação de ações de educação ambiental, na qualidade de programas de responsabilidade ambiental de empresa do agronegócio. Temos o entendimento de que a articulação das temáticas se dá num conjunto de práticas envolvendo atores sociais, Estado num determinado território. O problema de pesquisa articula as interfaces em ações estratégicas entre atores, órgãos de controle estatal e docentes e discentes. A metodologia consistiu em apreender as estratégias de obtenção de hegemonia a partir das ideias de responsabilidade social e sustentabilidade socioambiental, presentes nos projetos educativos, propostos por uma empresa, em região que engloba municípios considerados polos do agronegócio. Utilizamos como procedimentos de coleta o levantamento de documentação e entrevistas com docentes e gestores educacionais. A pesquisa concluiu que o projeto político-pedagógico da empresa

---

<sup>a</sup> Secretaria Municipal de Educação de Sinop-MT, Sinop, MT, Brasil. Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana, e-mail: enaiderempel@hotmail.com

<sup>b</sup> Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, RS, Brasil. Doutor em Sociologia, e-mail: aloisioruscheinsky@gmail.com,

viabilizou as práticas em análise, associadas à homogeneização de condições diferenciadas de vida e a formas de invisibilizar tensões e conflitos, que tendem a produzir conformismo frente aos problemas ambientais, atribuindo-lhe o papel estratégico de reprodução dos interesses do capital e da lógica do mercado num determinado território.

**Palavras-chave:** Educação ambiental. Agronegócio. Estado. Parcerias.

### *Abstract*

*This article is the result of empirical research with analysis of the relationship between projects supported by partnerships and environmental education practices. By constituting a small section of a doctoral research, the objective is to address strategic partnerships and the formatting of environmental education projects, in the quality of environmental responsibility programs of an agribusiness company. We have the understanding that the articulation of the themes occurs in a set of practices involving social actors, the State in a given territory. The research problem articulates the interfaces in strategic actions between actors, state control bodies and teachers and students. The methodology consisted of apprehending the strategies for obtaining hegemony based on the ideas of social responsibility and socio-environmental sustainability, present in the educational projects, proposed by the company, in a region that encompasses municipalities considered to be agribusiness hubs. We used as collection procedures the survey of documentation and interviews with teachers and educational managers. The research concluded that the company's political-pedagogical project made possible practices under analysis, associated with the homogenization of differentiated living conditions and with ways of making tensions and conflicts invisible, which tend to produce conformity in the face of environmental problems, attributing to it the strategic role of reproduction of capital interests and market logic in a given territory.*

**Keywords:** Environmental education. Agribusiness. State. Partnerships.

### *Resumen*

*Este artículo es el resultado de una investigación empírica con análisis de la relación entre proyectos apoyados por alianzas y prácticas de educación ambiental. Al constituir una pequeña sección de una investigación doctoral, el objetivo es abordar las alianzas estratégicas y el formato de proyectos de educación ambiental, en la calidad de los programas de responsabilidad ambiental de una empresa agroindustrial. Tenemos el entendimiento de que la articulación de los temas se da en un conjunto de prácticas que involucran a los actores sociales, el Estado en un territorio determinado. El problema de investigación articula las interfaces en acciones estratégicas entre actores, órganos de control estatal y docentes y estudiantes. La metodología consistió en aprehender las estrategias para obtener la hegemonía a partir de las ideas de responsabilidad social y sostenibilidad socioambiental, presentes en los proyectos educativos, propuestos por*

*una empresa, en una región que incluye municipios considerados polos agroindustriales. Usamos como procedimientos de recolección la encuesta de documentación y entrevistas a docentes y gerentes educativos. La investigación concluyó que el proyecto político-pedagógico de la empresa posibilitó prácticas bajo análisis, asociadas a la homogeneización de condiciones de vida diferenciadas y a formas de invisibilizar tensiones y conflictos, que tienden a producir conformismo ante los problemas ambientales, atribuyéndole lo papel estratégico de la reproducción de los intereses del capital y la lógica del mercado en un territorio determinado.*

**Palabras clave:** Educación ambiental. Agroindustria. Estado. Colaboraciones.

## Introdução

Este artigo resulta de pesquisa acadêmica, em cujo percurso se analisou a relação entre diversas territorialidades, a formulação de parcerias e as práticas de Educação Ambiental. Esta última, enquanto política pública no cenário local e nacional, é impactada pelos movimentos do capital, cujos propósitos consistem na geração e fecundação das relações sociais de produção, circulação e consumo sob uma deliberada perspectiva da racionalidade política, cultural e econômica. A responsabilidade social empresarial tornou-se o principal elemento de narrativa que materializa uma nova agenda social e ambiental assumida por algumas ONGs, empresários e organizações da sociedade civil no sentido de atuar na formulação e prestação de serviços a grupos sociais em condições de vulnerabilidade social (MARTINS, 2009; FREITAS, 2012). No espaço social da pesquisa realizada estes são instrumentos pelo quais foram orquestradas as intervenções no Estado, nas políticas sociais e o reordenamento das percepções do nexos sociedade-natureza.

Ao constituir-se de um pequeno recorte de uma investigação de doutoramento, o objetivo consiste em abordar parcerias estratégicas e a formatação de projetos de educação ambiental, na qualidade de programas de responsabilidade ambiental de empresa do agronegócio. Temos o entendimento de que a articulação das temáticas se dá num conjunto de práticas envolvendo atores sociais, Estado num determinado território. A partir disso, emerge um problema de pesquisa que pretende responder às interfaces nas ações estratégicas entre atores, órgãos de controle estatal, prefeituras e docentes e discentes no âmbito no estado do Mato Grosso. Desta

maneira, de acordo com Ruscheinsky e Treis (2019), o levantamento de dados documentais e entrevistas permitiu reconhecer que existem dimensões que constroem as ações e a capacidade de operar a discricionariedade por parte do financiamento da empresa e dos instrumentos estatais, engendrados em face de práticas de educação ambiental por meio de projetos em parcerias estratégicas.

O percurso investigativo decorreu das atividades acadêmicas realizadas para a obtenção de título de doutora pela primeira autora e consistiu em apreender as estratégias de obtenção de consensos e de hegemonia a partir dos ideários de responsabilidade social e das ações sob a retórica socioambiental presentes nas práticas educativas. Estes foram propostos em parceria com a empresa multinacional<sup>1</sup> que atua com transgênicos e agrotóxicos, em uma região mato-grossense que engloba municípios considerados polos importantes do agronegócio brasileiro. Reforçando, o texto tem como intuito apresentar e analisar os elementos empíricos compreendidos como mediações da relação empresa-escola, a partir de parecerias, que se apresentam enquanto discursos e práticas dos sujeitos, no âmbito da formulação de projetos de educação ambiental, sendo desenvolvidos em escolas sob os auspícios de uma corporação do mercado.

Nesse sentido, concebe-se a responsabilidade social, no âmbito da educação, como uma ideologia articulada da classe empresarial para legitimar a política de parcerias junto à sociedade civil e com o intuito de reconfigurar as políticas educacionais numa região sob sua influência (CÉSAR, 2008). Tal narrativa se enquadra na perspectiva de somar esforços para consolidar um consenso em uma visão de mundo hegemônica, onde a empresa assume um novo papel, o de colaborador direto do desenvolvimento social do país. Tal ênfase no discurso lhe pretende conferir uma faceta democrática e humanista, porquanto tenta encobrir ou mascarar o caráter destrutivo dos empreendimentos do agronegócio sob o ímpeto de reprodução do capital.

Dentro desse quadro a injunção de parcerias representa uma forma diferenciada de contratação no âmbito da administração pública em face de um

---

<sup>1</sup> Ao longo do texto, mesmo em se tratando de documentos públicos acessados na investigação, os autores optaram pelo anonimato da empresa, referindo-a apenas como empresa multinacional ou corporação.

Estado destituído de poder ou capacidade de gestão. Esta parceria é compreendida como instrumento estratégico para a implementação de políticas públicas, assumindo parte do papel atribuído legalmente ao Estado. Estes procedimentos encontram justificativas na crise fiscal e conseqüentemente na incompatibilidade entre as receitas e as despesas.

O levantamento dos programas e projetos educativos patrocinados em parceria público-privada, desenvolvidos em municípios do Estado de Mato Grosso entre os anos de 2009 e 2018, constituiu-se a gênese da pesquisa e serviu de guia para a delimitação do campo empírico. O critério de delimitação foi a posição de destaque, no âmbito da produção agrícola, dentre os maiores produtores de commodities do estado, observando também uma cobertura da empresa na proposição de parcerias educacionais.

A pesquisa teve como hipótese a compreensão de que as parcerias emergem como referência para o adensamento de uma política pública, na qual a corporação pretende viabilizar a legitimação dos seus processos, ao mesmo tempo em que se propõe a realizar algo socialmente almejado. As ações empreendidas apresentam-se enquanto arranjos e mediações que as definem como esboço hegemônico da classe dominante, tendo como suporte uma visão empresarial de educação, em cujo bojo se subordina também uma lógica para a educação ambiental. Os estudos que analisam a temática por um viés crítico apontam que as parcerias se constituem um aparato político-ideológico importante da meta de desenvolvimento nacional, responsável por promover na prática a mercantilização e instrumentalização da educação como parte de um projeto amplo do capitalismo contemporâneo envolto com o (des)conhecimento da crise ambiental.

A partir de um levantamento preliminar foram selecionados três municípios do Estado do MT e, dentro deles, selecionadas algumas propostas de parcerias, das quais analisamos o material pedagógico e colhemos depoimentos a propósito da execução. A coleta de dados da pesquisa foi realizada junto às secretarias locais de educação e escolas selecionadas tendo como objeto as práticas educativas patrocinadas. Os sujeitos participantes do estudo foram escolhidos a partir de critérios estipulados previamente: deter função diretiva ou ser docente do ensino fundamental há pelo menos dois anos em escola pública, possuir nível superior, atuar

decididamente em projetos de educação ambiental em convênio com a empresa. A partir destes critérios, selecionamos como partícipes da pesquisa: a) (quatro) unidades escolares; b) 02 (dois) coordenadores de projetos educativos; 03 (três) coordenadores pedagógicos das escolas e 07 (sete) docentes. Omitimos gênero e idade para dificultar a identificação dos sujeitos e designação na hora de transcrever a fala<sup>2</sup>.

Os dados foram levantados por meio de entrevistas semiestruturadas e análise documental. Consideramos isto um número suficiente visto que no desenho da pesquisa se subscreve a premissa de que cada indivíduo, paradoxalmente, totaliza um sistema social, ao mesmo tempo que representa uma diminuta parcela do todo, sendo reconhecido como sujeito enquanto localiza-se nas teias sociais. Cada um dos entrevistados elabora uma narrativa própria de acordo com sua inserção no sistema simbólico, o seu lugar social do discurso, se bem que as representações explicitadas são construídas coletivamente. As categorias operacionais construídas para a análise dos projetos e das entrevistas foram: a relação empresa-escola e a metodologia na abordagem de temas socioambientais. Uma mesma proposição pode ser desenvolvida em diferentes unidades escolares.

## **Os projetos de educação ambiental em parceria estratégica**

O denominado investimento social da empresa em questão, no Brasil, é oriundo da captação de incentivos fiscais, das desonerações sobre produtos químicos e genéticos a serviço da produtividade agrícola, entre outras loucuras (HARVEY, 2018) avessas à proteção da biodiversidade. Estão voltados a um conjunto de iniciativas que visam ao desenvolvimento da agricultura e revestidos de investimento social corporativo, porém oriundos de impostos não pagos. A empresa multinacional tem presença comercial na América do Norte, América do Sul, Europa e Ásia. Os seus principais produtos são sementes para frutas, hortaliças, milho, soja e algodão,

---

<sup>2</sup> O esboço da investigação não foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da instituição de ensino, todavia seguiu todas as orientações éticas para investigação com indivíduos em circunstâncias de conflitos que podem afetar seriamente a sua condição de vida.

bem como da indústria química, brandamente denominados de defensivos agrícolas (agrotóxicos). Ao mesmo tempo, de acordo com Vandelac (2021) os interesses comerciais em torno de supostos defensivos e sementes contaminam pesquisas, seja da empresa, seja algumas acadêmicas. É o caso das controvérsias da regulamentação e da liberação. No Brasil a referida empresa concentra suas atividades em municípios de reconhecido potencial agrícola. Vem se destacando na modernização tecnológica com inversões em biotecnologia, produzindo sementes geneticamente modificadas, transformando-a em líder do agronegócio.

A empresa desenvolve as atividades de responsabilidade social com metas educativas e ações comunitárias com o apoio de parceiros da iniciativa privada e de organizações sociais e, também, do seu grupo de voluntários formados por funcionários. Tem como pano de fundo o discurso de combate à fome, à pobreza e à desnutrição. Os projetos de cunho educativo, preferencialmente nas escolas em regiões de atuação da empresa, possuem o intuito da qualificação do ensino público, capacitação profissional (primeiro emprego e líderes do agronegócio), atividades culturais e esportivas.

A atuação do capital em forma de parcerias na educação tem se estendido a várias frentes, desde os meios pelos quais o processo educativo é desenvolvido, a gestão; até os fins, o processo pedagógico em suas diferentes áreas do conhecimento e modalidades de ensino. De acordo com Dore (2006) cabe a “ideia de que a escola é aparelho ‘privado’ de hegemonia”. Como já enfatizado, as empresas, ao protagonizarem suas ações em prol do compromisso com o social, onde se revelam aparelhos privados de hegemonia, visam moldar visões de mundo, criando consensos em torno dos princípios da privatização, meritocracia e responsabilização (NEVES, 2005; GRAMSCI, 2014). Neste sentido, Grün (2003) e Robertson e Verger (2012) abordam os atores e as ações na construção de um modelo de governança corporativa, considerando um processo de articulação dos intelectuais orgânicos das elites dominantes.

Nesse cenário, observa-se o constante movimento do capital, cujo propósito é alienar os sujeitos quanto aos efeitos deletérios produzidos pelas ações corporativas e, desta forma, capturar os espaços definidores das políticas públicas ambientais. Significa intencionalmente acobertar o conflito socioambiental e apresentar como

alternativa a ideologia do desenvolvimento sustentável, tornando-a o discurso hegemônico nas práticas escolares. Efetivamente,

[...] a dinâmica social afeta a maneira como os discursos são enunciados, modificados e negociados e, finalmente, implementados. A dimensão política das controvérsias influencia as diferentes opções dos atores envolvidos, no contexto de regimes e conflitos (PARKER, 2018, p. 16).

Sob esta lógica, compreende-se que o processo educacional é perpassado por elementos estruturais do contexto mais amplo da sociedade, cujos atores encontram dificuldades em direcionar suas práticas na perspectiva da contestação e do enfrentamento a tais posicionamentos e intencionalidades.

Na contradição em destaque, verifica-se propositadamente uma apropriação da noção de sustentabilidade pelo capital, na medida em que este aposta em estratégias tecnológicas, gerenciais e em processos educacionais alavancando uma visão reificada de meio ambiente (RUSCHEINSKY; REINEHR, 2019). O campo da educação ambiental, por sua vez, encontra-se contaminado pela disputa por hegemonia no interior da sociedade, revelando seu lado contraditório, conflitivo, diversificado e antagônico, intimidando a capacidade de crítica e enfrentamento do capitalismo e seus imperativos econômicos destrutivos, bem como de sua necropolítica (MBEMBE, 2018).

A educação ambiental, como promotora de valores e conhecimentos voltados para a sustentabilidade socioambiental, pretende despertar uma visão ecológica ou consciência ética embasada na perspectiva crítica que desvele o caráter expropriador e explorador que degrada homem e natureza. Neste campo vicejam sutilezas: “Com relação ao risco de embaçar o foco, de obscurecimento das fronteiras, eu diria que todo campo político relevante é sempre um campo minado, um campo de disputa pela fixação de significados. Os mecanismos de apropriação e desapropriação de significados são parte constitutiva da luta política de atores em conflito” (DAGNINO, 1994, p. 114).

O desafio consiste em nutrir enquanto prática social capaz de disputar narrativas que vislumbrem a luta política na construção de uma nova visão de mundo, de integração e de pertencimento do homem à natureza, transpondo o conceito de racionalidade ambiental ao campo educacional. Leff atribui ao processo educativo uma nova forma de aprendizado contínuo orientado por princípios e valores



geradores de sustentabilidade. “A transição para a sustentabilidade, fundada numa racionalidade ambiental, implica pensar a complexidade no processo de produção” (LEFF, 2009, p. 248). Isso implica a adoção da interdisciplinaridade como aglutinadora das diferentes áreas do conhecimento para a compreensão dos sistemas socioambientais em sua complexidade e interatividade, de onde é possível apreender os saberes ambientais. Como delinea Telles (2015), tal processo instaura um campo de disputa entre os saberes e práticas, em particular isto deriva do reconhecimento social de quem está autorizado a participar como sujeito do processo social. Frente a estas questões, cabe a reflexão sobre a expansão da educação ambiental no contexto das políticas ambientais, explicitando possibilidades e dificuldades, bem como problematizar o retrato deste quadro no espaço escolar e societal.

No levantamento dos projetos de parcerias construímos um quadro com nome, localização, fonte dos recursos e objetivos e resultados. Todavia, devido ao fato de ocupar algumas páginas e ao espaço exíguo do artigo este não está incluso. Os municípios selecionados<sup>3</sup> despontam no cenário nacional como expoentes das monoculturas de soja, milho e algodão. Os municípios estão inseridos, em maior percentual, no bioma cerrado, sendo este o segundo em extensão no Estado compondo 38,29% do território, acrescido da pertença ao território da Amazônia Legal. Abriga em seu espaço diversos grupos sociais que dependem de seus bens e recursos naturais. É constituído de povos que incluem etnias indígenas e comunidades de quilombolas, geraizeiros, ribeirinhos, babaçueiras, vazanteiros que compõem o patrimônio histórico e cultural brasileiro, e detêm o conhecimento tradicional da biodiversidade (PORTAL MATO GROSSO, 2008).

Dentre as escolas investigadas, dos municípios selecionados, que desenvolveram ações específicas em análise, encontram-se instituições de áreas urbanas periféricas e instituições de áreas rurais, situadas em pequenas comunidades e distritos. As escolas rurais estão situadas e delimitadas em meio às grandes plantações de soja, milho e algodão. A clientela é composta majoritariamente por filhos de trabalhadores do comércio e indústrias e filhos de agricultores.

---

<sup>3</sup> A sua denominação foi omitida para permanecer no anonimato e preservar os agentes locais.

A partir do levantamento foram selecionadas algumas propostas nitidamente desenhadas, que contaram com a parceria aludida e empenho das Secretarias Municipais de Educação, para uma análise minuciosa, dentre as quais abordaremos neste artigo 2 (duas): “*Retratos da Terra*” e “*Campo Verde: a Cidade da Gente*”. Mediante a análise do conteúdo das entrevistas e do material pedagógico, procuramos identificar os mecanismos e as estratégias pelos quais a empresa coloca em prática a sua opção político-pedagógica na educação básica por meio da sua política de atuação social.

O projeto “*Retratos da Terra*” foi desenvolvido em municípios mato-grossenses, no ano de 2018, em escolas rurais. Trata-se de uma propositura elaborada por empresa que oferece serviços no segmento de produção cultural e social para outras corporações com parceria referida e recursos da Lei Federal nº 8.313/91 de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet). De acordo com a proposta, os objetivos foram retratar as riquezas e as belezas do interior do país com diferentes visões de mundo, valorizar o artista local e estimular a criatividade dos jovens. A iniciativa se intitulou sustentável porque visou estabelecer uma conexão do público com a arte em seu ambiente, modo de vida e costumes, seja valorizando ou alertando para posturas que podem ser prejudiciais para o ser humano, meio ambiente ou comunidade.

O projeto “*Campo Verde: a Cidade da Gente*” foi desenvolvido em diferentes anos e em diversas escolas municipais com a participação de turmas do ensino fundamental. A metodologia determinou a seleção de 11 (onze) locais da cidade para serem objetos de um levantamento histórico, cultural e socioambiental. Integraram o levantamento: praças, assentamento rural, área verde urbana, distrito que deu origem à cidade, estação de telégrafos, igreja, festa tradicional, parque de exposição, rio e a orquestra sinfônica.

## **A relação empresa-escola e a metodologia dos projetos**

Com a finalidade de demonstrar o alcance do objetivo da pesquisa, que consistiu em apreender as estratégias de obtenção do consenso utilizadas no processo de constituição das parcerias estratégicas nos projetos de educação ambiental corporativos, identificamos inicialmente que a temática ambiental é o fio condutor das ações da empresa associadas à sua política ambiental e de responsabilidade social.

Com esta perspectiva, em consonância com Leher (2016, p. 10), se tenta “mitigar e harmonizar os efeitos do desenvolvimento para o ambiente e a sociedade”.

Nos projetos mencionados a relação da empresa com as escolas ocorreu de forma presencial, em momentos específicos de orientações na forma de desenvolver ações e de acompanhamento e direcionamento da prática sob a direção dos agentes empresariais. A propósito dessa relação, os entrevistados apontaram os aspectos positivos dos projetos, revelando uma boa aceitação pelas SME (Secretarias Municipais de Educação) e pelas escolas, demonstrado nos fragmentos de fala a seguir.

Os alunos que se destacaram demonstraram o potencial para tornar-se um profissional da área de fotografia. Nesse sentido, os projetos são uma oportunidade que os alunos não teriam se não fosse essa parceria. Por isso abraçamos o projeto porque é de suma importância para nós. (gestor escolar)

O trabalho com as parcerias é importante porque a escola não tem recursos, os recursos que chegam na escola são limitados e o sonho da escola é grande, então você tem que sair e buscar as parcerias. (gestora escolar)

Quando se indagou qual o nível de participação e de envolvimento dos docentes, as respostas dos gestores (diretores e coordenadores) foram unânimes em confirmar uma grande adesão e colaboração nas atividades propostas. A colaboração via projetos de educação ambiental integra a construção de um campo subordinado à disputa política e conceitual (LAGARES; CAVALCANTE; ROCHA, 2018). Quando as perguntas foram direcionadas a docentes constatou-se que, de modo geral, viam bons resultados, mas apontaram fatores como que levaram a questionamentos e até resistência em participar de atividades.

As falas dos gestores indicaram a preocupação em disputar os investimentos e mobilizar os recursos que as empresas colocam à disposição. Os agentes escolares veem a empresa como parceira com quem se divide a responsabilidade pela promoção da educação pública e uma ajuda que pode vir sob a forma de projetos, materiais pedagógicos, infraestrutura de bibliotecas, equipamentos de laboratório de informática e reformas de espaços. Os depoimentos revelaram também certa dependência das escolas com relação às parceiras. Ficou evidenciada a visão das parcerias com empresas como a oportunidade de aprimoramento das condições de

oferta do ensino, com implicações positivas na aprendizagem e conseqüentemente melhora nos indicadores da qualidade do ensino.

O programa de visitas às instalações da empresa salienta um aspecto da relação empresa-escola porque, na visão dos professores, visitas dirigidas e interativas enriquecem a aprendizagem e abrem horizontes. De outro lado, estas práticas sociais soam como um exercício articulado para moldar as mentes e os corpos envolvendo os poderes biopolítico, disciplinar e necropolítico (MBEMBE, 2018).

As críticas constatadas à atuação da empresa na escola têm nexos com a sobrecarga de trabalho imposta pela empresa aos docentes, com a interrupção no planejamento efetuado e com a ausência de interação das proposituras corporativas com o Projeto Político Pedagógico. De outro modo, a formação de docentes na região Amazônica, bem como as realidades cotidianas, devido ao espaço do agronegócio, são pouco propícias à educação ambiental (ANDRADE; GÓMEZ, 2017). Em alguns aspectos, os docentes reproduzem o discurso dos gestores sobre a validação das parcerias. Neste aspecto se pode considerar uma pressão exercida pelas instâncias superiores, qual seja, as secretarias de educação, para que se acatem as parcerias. Em havendo uma coerção nesse sentido, tal procedimento administrativo se impõe na relação da gestão municipal com as escolas. Observa-se nesse fenômeno, a não mediação das formas organizativas de um planejamento intersetorial, e sim, a interferência na natureza do trabalho docente, que não se restringe ao uso de modelos operacionais externos, e sim, pelo atravessamento do projeto do pedagógico eleito pela escola como campo filosófico.

As regras do jogo nos acordos que conduzem à consecução das parcerias são também conformação de instrumentos de poder. Ao longo do exame da realidade na pesquisa empírica se pode concluir, com o auxílio das reflexões de Telles (2015), a existência de um campo de disputa que parece se estruturar justamente em torno da delimitação da função social da educação e da legitimidade de ocupação de espaço sociocultural.

Quando indagados sobre como veem as parcerias de um ente público com a iniciativa privada no sentido dos objetivos e finalidades, se evidenciou que o educador tem a compreensão de que a empresa tem seus interesses, todavia salientam aspectos

que podem ser benéficos às atividades por meio das parcerias. Tudo isto, de alguma forma, ofuscado pelas metamorfoses do Estado brasileiro (SALLUM JR., 2003).

Desvela-se uma preocupação com mecanismos para incorporar os propósitos corporativos às práticas escolares. A crítica surge a partir da visão do tempo exíguo para discutir os planos com a comunidade escolar<sup>4</sup> ou um efetivo debate sobre as funções sociais da escola pública (DORE, 2006; REIS; SCHWERTNER, 2021). Nesse aspecto confirmou-se que os projetos, em sua maioria, “caem de paraquedas” na escola, e acabam por atropelar as atividades curriculares e conseqüentemente a segmentação do processo ensino-aprendizagem. Em outros termos, implica que os docentes abram mão do seu planejamento para inserir de forma abrupta as atividades da empresa. Isso revela, em termos de implicações, um atravessamento na condução do trabalho docente e a destituição das garantias de autonomia.

Outro aspecto a ser pontuado a partir do conjunto de depoimentos é com referência à intervenção pedagógica dos profissionais que representam a empresa, quando o previsto seria auxiliarem nas ações. Isso demonstrou que a empresa, em alguns dos projetos analisados, não se limitou a propor, planejar e ofertar os materiais pedagógicos para as aulas, ela se propôs a tomar o espaço do docente e executar o planejamento. Esse fato aponta o grau de ingerência da empresa sobre a atividade pedagógica com implicações que não somente ferem a autonomia docente, mas sobretudo possuem implicações na produção de consensos ou consentimentos.

A escola precisa da parceria com o privado. Agora, seria bom se nós professores tivéssemos um tempo maior para discutir cada projeto, por conta do currículo apertado que a gente tem. Eu acredito na parceria público-privada, forma projetos bons, mas ter mais tempo para desenvolver. (professora).

Ou seja, na acepção de Gramsci (2014) esta presença relaciona-se aos mecanismos e práticas ideológicos para a produção social do consentimento, porém,

---

<sup>4</sup> Esta questão também é abordada Charlot (2020, p. 10) por de uma forma alargada “será que hoje em dia existe um projeto de educação ambiental? Um projeto antropológicamente fundado sobre uma definição da espécie humana e das suas relações com um mundo? Um projeto discutido em um amplo debate público? Não conheço um projeto desse tipo. Quando se trata de educação ambiental, a questão antropológica apenas aflora, sem ser aprofundada de forma explícita, apesar de que, a meu ver, a educação ambiental não deve silenciar a questão do ser humano, do seu mundo, do seu futuro, ou seja, a questão antropológica”.

como não é algo automático, soa associado à coerção. Isso significa igualmente que existe um vínculo com a metodologia para a produção de conhecimento consensual, com a respectiva persuasão e conformação, que no caso não procede diretamente da força política do Estado. O consentimento, como base para a configuração da hegemonia da empresa do agronegócio, tem na figura destes técnicos ou intelectuais um importante mecanismo (GRAMSCI, 2014; LAMOSA, 2014; LOUREIRO, 2014).

Somado a esses aspectos da relação empresa-escola, constatou-se ainda a falta de integração entre metas da empresa e currículo escolar como fator que leva ao estrangulamento político-pedagógico. Na anuência ao pacote educativo da empresa, este se sobrepõe ao delineamento institucional. Os agentes locais parecem fragilizados para submeter o pacote à avaliação da comunidade escolar, no sentido de fazer as adequações devidas à proposta didático-pedagógica. Ainda mais que pode parecer equivocada a pretensão de incorporar ao projeto político-pedagógico.

Com a categoria “metodologia dos projetos” foi possível conhecer a proposta pedagógica da empresa, cujo foco é a elevação dos níveis de aprendizagem, com a oferta de outras condições materiais interessantes e atrativas, bem como incentivar os docentes a buscar novos métodos de ensino e aprendizagem.

Os alunos valorizam mais esse tipo de aula por ter a participação de uma pessoa de fora. Deveria ter mais dessas parcerias. Ajuda no conhecimento do aluno, a empresa abrir para visitação   importante. (professora).

O material disponibilizado às escolas incluiu materiais didáticos para os alunos, o livro do professor com planos de aula (CDs, cartazes), direcionando a prática pedagógica a fim de alcançar objetivos determinados pela proposta, indicando passos a seguir na abordagem do cont do. De modo geral, seguem uma dinâmica em que os docentes trabalham nas atividades propostas, em seguida os alunos sistematizam, o que se d  na forma de texto ou desenho como momento de culminância, podendo suceder-se concursos e premia es aos trabalhos.

Os projetos em tela previram na sua etapa final a produ o de livros. A partir de “Retratos da Terra” foi elaborado um catálogo, onde foram reunidas as imagens (fotos) de extensa lavouras e etapas que envolvem a produ o dos cultivos agrícolas, apresentado como um registro histórico da região e podendo ser utilizado como

estímulo ao turismo. Essa iniciativa contou com a realização de um workshop de exposição e distribuição do material a bibliotecas e órgãos públicos. As atividades em “Campo Verde: cidade da gente” resultaram em livro infanto-juvenil que foi distribuído a todas as unidades escolares da rede de ensino, passando ao uso como material didático-pedagógico em anos subsequentes.

Ainda com relação à metodologia adotada nos projetos de parceria da empresa com a escola, a investigação pode apurar limitações e baixo grau de produtividade com relação a abrangência e envolvimento, fator ligado ao reduzido número de alunos e professores envolvidos, em que fora prevista a participação de uma turma, o que demonstrou um caráter restrito e seletivo. Por outro lado, se notou a atuação docente de forma periférica, uma vez que as etapas foram conduzidas pelos profissionais da empresa como responsáveis pelo conteúdo, pelas técnicas e pela execução das saídas de campo.

## **A educação ambiental: abordagens e imaginário social**

No tocante à educação ambiental buscou-se conhecer os temas abordados e se esses estabeleciam conexão com os problemas ambientais da região. Identificamos inicialmente que a temática ambiental é o fio condutor dos projetos e das ações empresariais, associada à sua política denominada de ambiental e de responsabilidade social. Os relatos expressaram, de modo geral, uma convergência em torno da visão de que a empresa desempenha papel destacado no que diz respeito à preservação do meio ambiente e contribui de forma efetiva com a escola, abordando a problemática ambiental principal, os impactos dos agrotóxicos e da transgenia, de forma a promover a conscientização dos educandos.

Os projetos apresentam conotação de associação da questão ambiental à perspectiva da agricultura considerada sustentável pelo agronegócio, inclusive como bandeira primordial. Porém, essa tendência é mesclada com os mais diversos temas como conservação da água, as mudanças climáticas, matrizes energéticas, biotecnologia, horticultura, práticas agrícolas, reciclagem e segurança alimentar. Temas efetivamente primordiais, mas este é o desenho do mito dos efeitos da modernização ecológica e da biotecnologia. De acordo com Altieri (1999) na realidade

é possível observar que os mitos não satisfazem as promessas feitas e as expectativas criadas em torno deles.

Tanto a abordagem interdisciplinar aparece como sugestão para a ampliação da discussão na exploração dos temas quanto a ótica ou matriz da sustentabilidade tenta esverdear os componentes do marketing empresarial. A narrativa corporativa opta por pilares como: expandir a produção por meio da inovação; a preservação de recursos naturais fundamentais à biodiversidade, mitigando a pegada operacional; eficiência nos métodos de produção para elevar rendimentos e difusão de práticas socioambientais. Tais princípios orientam as práticas de educação ambiental levadas às escolas e os agentes locais são condicionados à adesão.

Entendemos que estes princípios direcionam a produção de consenso identificado a partir dos projetos e das falas dos entrevistados, e têm como finalidade integrar a comunidade escolar, em sua grande maioria composta por filhos de trabalhadores, à ótica da política da empresa. Desta forma, os projetos desempenham papel fundamental na difusão e valorização dos interesses da classe dos grandes produtores rurais e da imagem do agronegócio nessa nova conformação do desenvolvimento tecnológico e capitalista (LAYRARGUES, 2018). De acordo com Parker (2018), a existência da ênfase na competitividade revela que se privilegiam fatores de eficiência e rentabilidade, técnicos e econômicos. Nesta lógica instrumental o interesse na lucratividade parece o objetivo primordial em face das considerações de sustentabilidade corporativa.

Esses projetos estão inseridos na estratégia empresarial nacional de divulgação e promoção de novas oportunidades de mercado para o agronegócio brasileiro. Reconfigura-se o potencial produtivo da região, voltado ao incremento da produção em larga escala. O nicho comercial oportuniza e é compatível com a construção do discurso de desenvolvimento sustentável, como bandeira do marketing empresarial do setor. Neste sentido, procede a crítica de Charlot (2020, p. 18) que aponta.

[...] a inovação como *projeto antrope-pedagógico e ecole-pedagógico* deve recusar, de forma clara, explícita e prática, as lógicas de concorrência. Fazer a opção de continuar sob novas formas a aventura humana implica apostar na solidariedade como valor central: solidariedade com o planeta, com outras espécies, com outros seres humanos.



O tema do impacto dos agrotóxicos apareceu de forma espontânea nos depoimentos, em ambos os projetos, revelando ser a problemática ambiental de visibilidade e urgência a ser tratada na escola, quando o assunto é degradação, envenenamento<sup>5</sup> e conflitos ambientais. De acordo com uma perspectiva crítica (HESS; NODARI; FERREIRA, 2021), as formas de contornar a regulação ensejam o envenenamento da cadeia alimentar no país. Por sua vez, os depoimentos revelam a complexidade que envolve a comercialização e a utilização dos agrotóxicos e o seu potencial de contaminação e letalidade diferenciada sobre as diversas espécies (BECK, 2011; SILVA *et al.*, 2015).

Moro aqui há 33 anos, vi agricultores que depositavam as vasilhas na beira do lago, de nascente. Hoje já sabem, se não levar lá, vão ser multados. Em tempos passados era complicado, onde você ia, via os recipientes espalhados. (Gestora escolar).

A contaminação do ar é tão intensa, na época de cultivo, que pode ser sentida na pele em forma de pinicamento (formigamento). (Professora).

Na escola é assim, rodeada de lavoura de algodão, soja. A lavoura de algodão é a que mais usa defensivo agrícola, a que mais tem veneno. E daí eu, com cem alunos, vamos brigar com os fazendeiros, vamos falar de desmate, defensivo agrícola, contaminação da água? Eles fecham a escola. (Professora).

Apesar de os usos de agrotóxicos estarem regulamentados em lei (Lei dos Agrotóxicos nº 7.802/89 e Decreto nº 4.074/02, federais, e Lei dos agrotóxicos nº 8.588/06 de MT), nas questões que envolvem cuidados com o transporte, armazenamento e manuseio dos produtos, bem como, a dosagem a ser aplicada nas lavouras, o uso de equipamentos de segurança (EPIs) e o descarte dos vasilhames, este ordenamento ocorre sem a devida observação desses preceitos e esse uso acaba por se tornar um risco social e ambiental (BECK, 2011). A abordagem destas questões constitui o foco da educação ambiental dentro dos projetos, ou seja, a conscientização e a sensibilização circunscrita à narrativa que a empresa denomina de agricultura sustentável. Por certo, sem mencionar um processo produtivo sem o envenenamento progressivo de toda cadeia alimentar.

---

<sup>5</sup> A relevância desta temática do envenenamento fez a revista *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, da UFPR, organizar o dossiê "Agronegócio em tempos de colapso planetário: abordagens críticas" (disponível em <https://revistas.ufpr.br/made/issue/view/3171/showToc>).

No contexto analisado, as fazendas agrícolas se encontram muito próximas das áreas urbanas, e no entorno das comunidades rurais, o que vem contribuir com os altos índices de contaminação pelo ar, pelas formas de circulação e com implicações a saúde da população<sup>6</sup>. Outras formas de produção agrícola, como a agricultura familiar, a produção de alimentos orgânicos e a piscicultura, também são diretamente afetadas, sobretudo pelo sistema de pulverização aérea praticado nas lavouras.

Como referência de pesquisa, realizado na região sobre os impactos dos agrotóxicos nas monoculturas de soja, milho e algodão, no Estado de Mato Grosso, existe o estudo realizado por Pignati (2007). O estudo levantou resposta à questão: “Onde foram parar os milhões de litros de agrotóxicos usados nas lavouras?”. Demonstraram-se os impactos à saúde da população com ocorrências de intoxicação, neoplasias, malformação fetal, consumo de produtos com resíduos, mutilações e sequelas resultantes de acidentes com o transporte e manuseio dos produtos. Os danos ambientais são erosão do solo, extinção de espécies, poluição do ar, água e solo, alteração da biodiversidade (RUSCHEINSKY; REINEHR, 2019). Em síntese, o estudo demonstra os efeitos dos agrotóxicos sobre o meio ambiente na medida em que milhões de litros são usados a cada período de cultivo.

Ainda no conjunto dos depoimentos, verificou-se que a abordagem dos temas ambientais ficou restrita à visão dos técnicos da empresa, resumindo-se em informações sobre o cultivo agrícola e os sutis cuidados no sentido de preservar recursos naturais seletivos que são de interesse e sofrem a degradação na prática do agronegócio. Nesse sentido, a “conscientização” sobre os cuidados consiste em repassar aos alunos uma visão única da relação homem/natureza, a visão da empresa, que se resume em abordar a legislação em torno da atividade do agronegócio, no sentido de mitigar os impactos.

---

<sup>6</sup> Em uma visita de observação numa fazenda de monoculturas, chamou a atenção ao pesquisador que em meio as construções da sede havia um cercadinho sem um aparente uso: era o antigo espaço de produção de hortaliças para os funcionários, porém a vigilância sanitária proibira o uso alimentar devido ao grau de contaminação pelos agrotóxicos. O gerente do empreendimento em sua narrativa endossou que em 10 anos praticamente dobrou a intensidade de uso de agrotóxicos.

Na conformação das parcerias se afirma um prisma cujo campo de forças se processa claramente, mesmo que não explicitado aos agentes, como “uma disputa pelos sentidos de ordem e seu inverso, bem como dos critérios de legitimidade dos ordenamentos sociais que vêm se engendrando nas fronteiras incertas — em disputa — do legal e ilegal” (TELLES, 2015, p. 67). Isso parece mais importante para conferir a dinâmica dos conflitos, disputas e tensões, extraindo algumas consequências e conclusões. A consecução dos projetos em tela desarma pontos de fricção no jogo oscilante de práticas sociais que transitam entre formas de negociação, coerção, dispositivos de controle e colaboração.

A dinâmica das aulas de campo incluiu visitas à sede da empresa, possibilitando observar sob diversos aspectos as questões relacionadas à monocultura de escala. O foco da aprendizagem resume-se a informações sobre as inovações tecnológicas utilizadas no manejo e utilização dos agrotóxicos. Em outros momentos os alunos, professores e técnicos da empresa se dirigiram aos locais previamente escolhidos para fotografar o ambiente. Sob esse olhar, a meta da empresa intenciona focar em uma particularidade do processo produtivo sem levar em consideração as etapas da produção. Reduz em si, para retratar uma visão atemporal, a-histórica e desinteressada, a capacidade da crítica que revelaria as suas ambiguidades internas. Diante de alternativas possíveis, Layrargues e Lima (2014, p. 35) alertam que “essas forças são constantemente erodidas pelo pragmatismo dominante que tende a converter e a deslocar as intenções educativas ao sentido pragmático do mercado”

A investigação apontou que a questão socioambiental central também passa pelo desafio da gestão ambiental, com políticas ambientais que efetivamente assegurem a proteção desses territórios, seus bens naturais e a integridade dos povos que nele habitam em face do agronegócio. No âmbito dos projetos em análise, consideramos que as ações poderiam contemplar a proteção da biodiversidade e dos recursos hídricos fortemente impactados pelo agronegócio, contanto que estes empreendimentos fizessem a lição de casa. Entendemos que no âmbito da prática escolar, a partir dos projetos, não há por que se furtar em abordar e problematizar questões como a degradação dos rios e a sua contaminação pelos agrotóxicos. Ao mesmo tempo, sublinhamos que esta questão esbarra nas negociações e decisões

políticas no contexto macro, bem como esbarra na vertente pró-sistêmica e em um Estado nacional gerenciador do ambiente (LEHER, 2016).

A disputa por hegemonia, nesses espaços da pesquisa realizada, se dá entre as frações dos produtores rurais, dos grupos sociais ligados à agricultura familiar e de grupos diversos de povos tradicionais e da burocracia do Estado. Este é o território social sobre o qual as parecerias público-privadas se movimentam, no sentido de cooptar gestores e docentes nos espaços escolares e minar a sua experiência fora deles (REIS; SCHWERTNER, 2021) para inserir a sua dimensão político-pedagógico. As funções da educação escolar transformam-se em espaço de disputa da ideologia do agronegócio, onde os projetos desempenham o papel de educar, no sentido de seduzir e mobilizar para a defesa dos interesses de classe, de quem detém os meios de produção.

Compreendemos que a educação ambiental proposta pela empresa, circunscrita aos limites e objetivos desenhados pela sua política e sem ampliar o debate das questões evocadas pelos temas, no sentido de problematizá-los, corrobora para promover a visão de que a atividade do agronegócio é o motor do desenvolvimento e, portanto, não deve ser visto como atividade destruidora e agressora do ambiente. Isso reflete uma determinada percepção dos atributos da Educação Ambiental que “[...] superficializa o discurso sobre educação ambiental e aponta-se para uma visão consensual em sua concepção e em suas finalidades como sendo uma ação inequívoca e positiva para todos” (GUIMARÃES, 2007, p. 30). Verificamos uma visão compartilhada pelos sujeitos entrevistados que expressa confiança na política e nas práticas da empresa, por entenderem que, pela via dos projetos, não mede esforços em mitigar os impactos decorrentes, sobretudo, do uso dos agrotóxicos.

Embora tenha sido apontada pela maioria dos entrevistados como um problema ambiental grave, a questão dos impactos dos agrotóxicos ainda não se apresenta como uma realidade a ser questionada e enfrentada com mais rigor no currículo escolar. Tal posicionamento se encontra alinhado a uma visão homogeneizadora e condicionada pelos projetos. A aprendizagem esteve voltada à formação de empreendedores do agronegócio, às orientações sobre procedimentos de segurança no uso e manuseio dos produtos, e também, como realizar o descarte

correto de embalagens dos agrotóxicos e conhecimentos sobre as normas da legislação ambiental.

A superficialidade da educação ambiental se encontra associada ao não questionamento e sobretudo à ocultação das contingências que promovem a destruição ambiental, na qual o agronegócio é uma das faces do contexto investigado. Visitas à sede da empresa para conhecimentos sobre o funcionamento da cadeia de produção também se constituem como ferramenta importante nesse processo de engendramento da visão de valorização do agronegócio. Neste sentido, nestas circunstâncias se aplica a ótica exposta por Nogueira (2003, p. 188).

[...] transformou, portanto, o modo mesmo como se produz consenso, como se formam culturas e orientações de sentido, como se constroem hegemônias. Com a força adquirida pelo projeto neoliberal e o aprisionamento dos Estados nacionais (e de seus governos) na jaula da globalização, o modo predominante de produção de consenso acabou por travar a formação e o desenvolvimento de formas mais politizadas de consciência, em benefício de formas econômico-corporativas e da expansão de atitudes mentais consumistas, individualistas, medíocres, indiferentes à vida comum.

Ao promover ações a empresa está preocupada também em se enquadrar na ótica da legislação<sup>7</sup>. A retórica da sustentabilidade da empresa encontra-se endossada e assimilada pelos agentes das secretarias de educação e das escolas, porquanto justificada e associada às boas práticas ambientais do agronegócio e, também, na promoção de valores como cidadania, cooperativismo, solidariedade e empreendedorismo. Estes valores auspiciosos, no entanto, atrelam-se às demarcações de classe e condicionamentos do modo de produção capitalista, onde valores cristalizam o individualismo, a concorrência e a consciência de viés burguês. É preciso lembrar que tais princípios e valores correspondem ao discurso hegemônico empresarial sobre sustentabilidade nos moldes do capitalismo verde e da economia verde (LOUREIRO; LIMA, 2012; LAYRARGUES, 2018), num processo em que a educação ambiental tende a reproduzir o pensamento contido no conceito de “desenvolvimento sustentável”.

---

<sup>7</sup> A Lei nº 7.888, de 09/01/2003 prevê: “Todas as empresas de natureza pública e privada que exerçam, por lei, atividades consideradas poluidoras ou potencialmente poluidoras ou que tenham condutas lesivas ao meio ambiente, deverão implantar programas de educação ambiental” (ALMT, 2003, p. 2).

Diante da crise social e ecológica, esse movimento expressa a mistificação em torno da tentativa de reconexão da economia e do mercado com a natureza. Esta suposta reconexão significa apenas um ajuste ou conciliação entre economia e ecologia, razão pela qual as ações das parcerias não ensejam uma dimensão ético-política de promoção da justiça socioambiental que os setores subalternos e educadores ambientais desejam alcançar por meio da educação emancipatória.

Na pesquisa de campo os depoimentos são marcados pela visão de que a educação ambiental via corporações contribui para a conscientização e sensibilização para a preservação e conservação dos bens naturais. No entanto, esses valores são fomentados no limite dos objetivos desenhados pela empresa, bem como a educação ambiental volta-se, em grande medida, para o repasse de informações, para aliciar as comunidades e para escudar o agronegócio como atividade imprescindível. Esse processo dificulta uma postura de crítica e de problematização das propostas da empresa, no sentido de explicitar as contradições e os conflitos socioambientais decorrentes da sua ação produtiva e dos inerentes ao modo de produção capitalista e sua organização social (LAYRARGUES; LIMA, 2014; LAYRARGUES, 2018). Tais ênfases apontam para o caráter conservador, encontrado nos projetos e nas práticas, onde docentes se veem numa camisa de força, uma vez coagidos e limitando-se a repassar informações.

Embora tenham sido criados mecanismos de proteção ambiental, no contexto do desenvolvimento tecnológico da atualidade, tais mecanismos estão a serviço de um modo de produção e de uma economia que, por sua natureza, precisa se expandir e se reproduzir indefinidamente, lançando mão numa escalada crescente da exploração dos recursos naturais e da exploração humana.

## **Considerações finais**

As parcerias estratégicas compõem um fenômeno de intervenção sociopolítica, onde a sociedade civil assume um protagonismo, representando a recomposição, consolidação e aprofundamento da hegemonia. Organizações não estatais passam a desempenhar um papel ativo também no campo político e cultural, disputando o sentido da sociabilidade. Com isto tentam imprimir um novo papel à educação, o de

se apresentar como um dos canais de resolução das mazelas sociais geradas pelo capitalismo, ao mesmo tempo que mantenha a estrutura de valores e visão de mundo inerentes à dominação.

Com as parcerias se destaca o sentido de conquistar a legitimidade social por meio da obtenção de consentimento dos demais grupos de interesse. A empresa multinacional forja essa unidade disseminando a sua política ambiental junto aos produtores, aos seus funcionários e se apresenta à sociedade como produtora de tecnologia de produção de alimentos e também intervindo no espaço escolar. A obtenção de consenso em torno do projeto educacional empresarial é materializada no fato de que os instrumentos políticos imprimem um caráter de legalidade à relação entre o público e o privado. Sem obliterar o caráter público pleiteia-se um processo de inovação da gestão pública rumo à eficiência e qualidade dos serviços.

A atuação corporativa no espaço escolar pode ser considerada uma ousada estratégia de cooptação dos sujeitos pelo capital, voltada para a construção de consenso em torno de valores universais como cooperação, solidariedade e cidadania. Isto se deve ao fato de que, para conquistar hegemonia, a burguesia representada pelo Estado precisa incorporar as classes e suas demandas, uma vez que a legitimidade da ordem burguesa requer concessões de direitos. A cooptação é a prática sob a qual ocorre a combinação entre coerção e consenso. A pesquisa concluiu que o projeto político-pedagógico empresarial viabilizou práticas de educação ambiental associadas à desqualificação de condições diferenciadas de vida e a formas de invisibilizar tensões e conflitos. Ante um possível conformismo frente aos problemas ambientais, atribui-se papel estratégico à reprodução da lógica do mercado por grupos dominantes representativos do agronegócio.

A partir da ideologia da responsabilidade social, a captura de recursos públicos aplicados a interesses privados (público não estatal) se apresenta mascarada e coloca as empresas como promotoras de valores como ética, cidadania, colaboração e harmonia nas relações sociais. Apropriando-se tanto dos recursos de fundo público quanto dos espaços institucionais, a atividade corporativa introduz suas propostas pedagógicas em nome do bem-estar social. Os dados da pesquisa demonstraram que os agentes escolares, por sua vez, têm dado crédito às ofertas da empresa, posicionando-se favoravelmente e afirmando a contribuição na qualificação da

educação. Este fato demonstra que as parcerias se encontram consolidadas e hegemônicas de tal forma na educação pública que a comunidade escolar passa a percebê-las integradas ao cotidiano.

Por meio das parcerias, a corporação contribui para a construção das bases de um novo padrão de sociabilidade tendo em vista a formação do homem coletivo, ao cooptar a escola transformando-a em arena de difusão da ideologia do agronegócio (MARTINS, 2009). Uma visão empresarial alinhada às diretrizes da agenda global voltada para a universalização da educação básica, a superação do analfabetismo e combate à pobreza e à desigualdade. Nos casos analisados encontra-se anulada a possibilidade de práticas de educação ambiental como instrumento pedagógico numa perspectiva emancipadora. Os docentes acudados ao aderirem aos projetos da empresa, sem um destaque ao seu lugar social e ao seu papel de prática social inovadora, se eximem da tarefa de mediadores, no sentido de identificar e explicitar os interesses que se encontram ocultos. Isso demonstra que o campo da ética (valores e comportamentos que promovem a socialização e interfaces com a natureza) e o campo da política (disputa ideológica e interesses) são capturados pela ideologia do agronegócio e ótica hegemônica.

A investigação evidenciou que a educação ambiental, no Estado de Mato Grosso, tem por desafio instrumentalizar práticas de educação ambiental que visem a proteção e a preservação destes territórios e seus biomas em face do projeto de desenvolvimento predatório promovido pelo agronegócio. Entendemos que uma abordagem enfatizando o aspecto político-ideológico da questão ambiental, numa perspectiva de mudança social, deve encorajar a comunidade escolar a se posicionar frente aos problemas locais, bem como direcionar o debate sobre alternativas. Resta ainda que, dentro dos projetos da empresa levados à escola, crie-se alternativa para explorar a problematização e historicização da constituição das relações sociais oriundas da apropriação e exploração desses territórios.

## Referências

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO MATO GROSSO (ALMT). Lei nº 7.888, de 09/01/2003. Secretaria de Serviços Legislativos, 2003. Disponível em: <http://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/lei-7888-2003.pdf>. Acesso em: 25 maio 2020.



ALTIERI, A. M. *The Myths of Agricultural Biotechnology: some ethical questions*, 1999. Disponível em: [http://agroeco.org/doc/the\\_myths.html](http://agroeco.org/doc/the_myths.html). Acesso em: 30 out. 2019.

ANDRADE, F. M. R; GÓMEZ, J. A. C. Educação Ambiental e formação docente na Amazônia brasileira: contextos universitários e realidades cotidianas. *Revista Diálogo Educacional*, v. 17, n. 55, p. 1598-1618, 2017. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/1891/189154958008.pdf>. Acesso em: 24 set 2021.

BECK, U. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

CÉSAR, M. J. “*Empresa-cidadã*”: uma estratégia de hegemonia. São Paulo: Cortez, 2008.

CHARLOT, B. A educação ambiental na sociedade contemporânea: bricolagem pedagógica ou projeto antropológico? *Pesquisa em Educação Ambiental*, v. 15, n. 1, p. 10-19, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/pesquisa/article/view/15124/11634>. Acesso em: 24 nov. 2019.

DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, E. (org.). *Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 103-115.

DORE, R. Gramsci e o debate sobre a escola pública no Brasil. *Cadernos Cedes*, v. 26, n. 70, p. 329-352, 2006. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 26 mar. 2019.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação: da desmobilização do magistério à destruição do sistema público de educação. *Educação e Sociedade*, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr./jun.2012. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 26 mar. 2019.

GRÜN, R. Atores e ações na construção da governança corporativa brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 52, p. 139-161, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/sx5DJ7nMgzHDTVN93JxRHGc/?lang=pt>. Acesso em: 26 mar. 2019.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GUIMARÃES, M. *Educação ambiental: no consenso um embate?* Campinas: Papirus, 2007.

HARVEY, D. *A loucura da razão econômica: Marx e o Capital no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2018.

HESS, S. C.; NODARI, R. O.; FERREIRA, M. Agrotóxicos: críticas à regulação que permite o envenenamento do país. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 57, 2021. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/76169>. Acesso em: 24 set 2021.

LAGARES, R.; CAVALCANTE, J. G. B.; ROCHA, D. Regime de colaboração na educação – uma história em construção em um campo de disputa política e conceitual. *Research, Society and Development*, v. 7, n. 4, e474171-e474171, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/5606/560659011004/560659011004.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2019.

LAMOSAS, R. A. C. *Estado, Classe Social e Educação no Brasil: uma análise crítica da hegemonia da Associação Brasileira do Agronegócio*. Tese (Doutorado em Educação) — PPG em Educação, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFRJ, Rio de Janeiro, 2014. Disponível

em: [https://lieas.fe.ufrj.br/download/teses/tese-rodrigo\\_azevedo\\_lamosa-2014.pdf](https://lieas.fe.ufrj.br/download/teses/tese-rodrigo_azevedo_lamosa-2014.pdf). Acesso em: 26 mar. 2019.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. As macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. *Ambiente & sociedade*, v. 17, n. 1, p. 23-40, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/5606/560659011004/560659011004.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2019.

LAYRARGUES, P. P. Subserviência ao capital: educação ambiental sob o signo do anticologismo. *Pesquisa em Educação Ambiental*, v. 13, n. 1, p. 28-47, 2018. Disponível em: <http://files.zeadistancia.webnode.com/200000220-77e1b79068/LAYRARGUES%20EPEA%20JF.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2019.

LEFF, E. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis: Vozes, 2009.

LEHER, R. A educação ambiental como crítica ao desenvolvimento sustentável: notas sobre o método. *Pesquisa em Educação Ambiental*, v. 11, n. 2, p. 10-23, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/pea/article/view/128727>. Acesso em: 12 dez. 2019.

LOUREIRO, C. F. B. *Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política*. Cortez Editora, 2014.

LOUREIRO, C. F. B.; LIMA, M. J. A hegemonia do discurso empresarial de sustentabilidade nos projetos de educação ambiental no contexto escolar: nova estratégia do capital. *Revista Contemporânea de Educação*, v. 7, n. 14, ago./dez. 2012. Disponível em: <http://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1672>. Acesso em: 15 ago. 2019.

MARTINS, A. S. *A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo*. Juiz de Fora: UFJF, 2009.

MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

NEVES, L. M. W. (org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.

NOGUEIRA, M. A. Sociedade civil, entre o político-estatal e o universo gerencial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 52, p. 185-202, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/tyZJSkmmgkB9kmwWxydQ67v/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 15 ago. 2019.

PARKER, C. Energy transition in South America: Elite's views in the mining sector, four cases under study. *Ambiente & Sociedade*, v. 21, e00891, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/Tq6NnbMzLcvWXRkzW4QBfjB/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 26 mar. 2019.

PORTAL MATO GROSSO. Bioma Cerrado. *Portal Mato Grosso*, out. 2008. Disponível em: <http://www.portalmatogrosso.com.br/ecossistemas/cerrado/1328>. Acesso em: 09 jun. 2020.

PIGNATI, W. A. *Os riscos, agravos e vigilância em saúde no espaço de desenvolvimento do agronegócio no Mato Grosso*. Orientador: Jorge Mesquita Huet Machado. Tese (Doutorado em Saúde Pública) — Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de

Janeiro, 2007. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/4567/2/294.pdf>. Acesso em: 22 abril 2019.

REIS, G. A.; SCHWERTNER, S. F. Educação Ambiental no Ensino Fundamental: aprendizagens estudantis e seus reflexos para além da escola. *Revista Diálogo Educacional*, v. 21, n. 69, 2021. Disponível em <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/27939>. Acesso em: 24 set. 2021.

ROBERTSON, S.; VERGER, A. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. *Educação & Sociedade*, v. 33, n. 121, p. 1133-1156, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/J4LqqtJBmwML9cR4dg8p65L/abstract/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 22 abril 2019.

RUSCHEINSKY, A.; REINEHR, R. *Governança, riscos socioambientais e educação das águas*. Curitiba: Appris, 2019.

RUSCHEINSKY, A.; TREIS, M. Desastre ambiental, atores sociais, políticas públicas e espaços passíveis de participação. *Revista Psicologia Política*, v. 19, n. 1, p. 173-198, 2019. Acessado 30 out 2020.

SALLUM JR., B. Metamorfoses do Estado brasileiro no final do século XX. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 52, p. 35-55, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/86VVZRWPQ3sH9ndTsdH7tjz/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 mar. 2019.

SILVA, F. M. *et al.* Os riscos no uso indiscriminado de agrotóxicos: uma visão bibliográfica. *Informativo Técnico do Semiárido*, v. 9, n. 1, p. 77-84, 2015. Disponível em: <https://gvaa.com.br/revista/index.php/INTESA/article/view/3298>. Acesso em: 26 mar. 2019.

TELLES, V. Fronteiras da lei como campo de disputa: notas inconclusas a partir de um percurso de pesquisa. In: BIRMAN, P. et al. (Orgs.). *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 55-75.

VANDELAC, L. Quando os agrotóxicos contaminam a pesquisa, a regulamentação e a democracia: o Caso Roundup à luz dos Monsanto Papers. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 57, p. 270-275, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/80870/44507>. Acesso em: 24 set 2021.

RECEBIDO: 27/04/2021  
APROVADO: 25/01/2022

RECEIVED: 04/27/2021  
APPROVED: 01/25/2022

RECIBIDO: 27/04/2021  
APROBADO: 25/01/2022